

RICARDO ALEXANDRE

DIREITO TRIBUTÁRIO

17ª
EDIÇÃO

revista,
atualizada
e ampliada

2023



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	35
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	39
1.1 O Direito Tributário como Ramo do Direito Público	39
1.2 Atividade Financeira do Estado	42
1.3 Definição de Tributo	46
1.3.1 Prestação pecuniária, em moeda ou cujo valor nela se possa expressar	47
1.3.2 Prestação compulsória	50
1.3.3 Prestação que não constitui sanção de ato ilícito	51
1.3.4 Prestação instituída em lei	53
1.3.5 Prestação cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada	53
1.3.6 Destinação legal do produto da arrecadação de tributos	54
1.4 Os Tributos em Espécies	56
1.4.1 A determinação da natureza jurídica específica do tributo	57
1.4.2 Os impostos	61
1.4.2.1 A criação dos impostos	63
1.4.2.2 Os impostos e o princípio da capacidade contributiva ...	64
1.4.3 As taxas	65
1.4.3.1 Taxas de polícia	66
1.4.3.2 Taxas de serviço	68
1.4.3.2.1 Serviços públicos específicos e divisíveis	68
1.4.3.2.2 Utilização efetiva ou potencial de serviços públicos	73
1.4.3.3 A base de cálculo das taxas	74
1.4.3.4 Taxas e preços públicos – Notas distintivas	79
1.4.4 As contribuições de melhoria	82
1.4.4.1 Requisitos para instituição e cobrança	86

1.4.4.2	O cálculo da contribuição de melhoria	87
1.4.5	Os empréstimos compulsórios	89
1.4.5.1	Competência, casos e forma de instituição	90
1.4.5.2	Destinação da arrecadação	92
1.4.5.3	Restituição	93
1.4.6	As contribuições especiais	94
1.4.6.1	Contribuições sociais	99
1.4.6.1.1	Contribuições de seguridade social	99
1.4.6.1.2	Outras contribuições sociais	102
1.4.6.1.3	Contribuições sociais gerais	104
1.4.6.1.3.1	A contribuição para o salário- -educação	104
1.4.6.1.3.2	As contribuições criadas pela Lei Complementar nº 110/ 2001	105
1.4.6.1.3.3	As contribuições para os ser- viços sociais autônomos	107
1.4.6.2	Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE	111
1.4.6.3	Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas – Contribuições corporativas	114
1.4.6.3.1	Contribuições corporativas para o custeio das entidades de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas	115
1.4.6.3.2	Contribuição sindical	118
1.4.6.4	A Contribuição de Iluminação Pública – COSIP	120
1.5	Classificações Doutrinárias dos Tributos	124
1.5.1	Quanto à discriminação das rendas por competência: federais, estaduais ou municipais	125
1.5.2	Quanto ao exercício da competência impositiva: privativos, comuns e residuais	125
1.5.3	Quanto à finalidade: fiscais, extrafiscais e parafiscais	125
1.5.4	Quanto à hipótese de incidência: vinculados e não vinculados	126
1.5.5	Quanto ao destino da arrecadação: de arrecadação vinculada e de arrecadação não vinculada	127
1.5.6	Quanto à possibilidade de repercussão do encargo econômi- co-financeiro: diretos e indiretos	128
1.5.7	Quanto aos aspectos objetivos e subjetivos da hipótese de incidência: reais e pessoais	129

1.5.8	Quanto às bases econômicas de incidência – A classificação do CTN	129
	Questões	132
2.	LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR	135
2.1	A Relação Tributária como Relação Jurídica	136
2.2	As Garantias como Rol Não Exaustivo	137
2.3	Quando as Garantias Configuram Cláusulas Pétreas	137
2.3.1	As limitações que constituem garantias individuais do contribuinte	137
2.3.2	As limitações que constituem proteção a outras cláusulas pétreas	138
2.4	Princípios ou Regras?	140
2.5	A Legalidade	141
2.5.1	Demais matérias sujeitas à reserva legal	141
2.5.2	Exceções ao princípio	142
2.5.3	Legalidade e delegação legislativa	145
2.5.4	Legalidade e medida provisória	150
2.6	Princípio da Isonomia	152
2.6.1	Acepções do princípio	152
2.6.2	A isonomia tributária na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	153
2.6.2.1	Percepção cumulativa de valores – Discriminação entre quem recebe rendimentos no momento adequado e quem os recebe em atraso	153
2.6.2.2	A contribuição previdenciária dos servidores inativos – Discriminação de servidores de diferentes esferas	156
2.6.2.3	Discriminação com base na função ou ocupação exercida	156
2.6.2.4	Discriminação entre as empresas lucrativas e deficitárias	157
2.6.2.5	O Simples – Discriminação entre empresas com base na atividade exercida	158
2.6.2.6	Discriminação na concessão de parcelamento de débitos referentes à COFINS	159
2.6.2.7	Contribuições para o PIS/PASEP – Discriminação entre empresas privadas e empresas estatais (empresas públicas e sociedades de economia mista)	160
2.6.3	Isonomia e capacidade contributiva	161
2.6.3.1	A progressividade nos impostos reais	162

	2.6.3.2	A concretização do princípio da capacidade contributiva em face dos direitos individuais do contribuinte	165
2.7		O princípio da não surpresa	168
	2.7.1	Princípio da irretroatividade	170
	2.7.1.1	Irretroatividade e CSLL	172
	2.7.1.2	Irretroatividade e IR	173
	2.7.1.3	Inexistência de exceções ao princípio da irretroatividade	176
	2.7.2	Princípio da anterioridade do exercício financeiro	177
	2.7.2.1	Exceções à anterioridade do exercício financeiro	178
	2.7.2.2	Anterioridade e revogação de benefícios fiscais	180
	2.7.2.3	Anterioridade e medidas provisórias	182
	2.7.3	Princípio da anterioridade nonagesimal ou noventena	182
	2.7.3.1	Noventena e medidas provisórias	185
	2.7.3.2	Exceções à noventena	187
2.8		Princípio do Não confisco	189
	2.8.1	A configuração do efeito confiscatório	189
	2.8.2	Perspectivas dinâmica e estática da tributação do patrimônio	192
	2.8.3	Pena de perdimento e confisco	194
	2.8.4	Taxas e princípio do não confisco	194
	2.8.5	Multas e princípio do não confisco	195
2.9		Princípio da Liberdade de Tráfego	197
2.10		Vedações Específicas à União – a Proteção ao Pacto Federativo	200
	2.10.1	O princípio da uniformidade geográfica da tributação	200
	2.10.2	Princípio da uniformidade da tributação da renda – Vedação à utilização do IR como instrumento de concorrência desleal	202
	2.10.3	Princípio da vedação às isenções heterônomas	203
	2.10.3.1	Isenções heterônomas constitucionalmente permitidas	204
	2.10.3.2	O caso da isenção decorrente de tratado internacional	204
2.11		Princípio da Não discriminação Baseada em Procedência ou Destino	208
2.12		O princípio da indisponibilidade do interesse público e a Concessão de Benefícios Fiscais	209
	2.12.1	Exigência de lei específica para a concessão de benefícios fiscais	210
	2.12.2	Concessão de benefícios fiscais relativos ao ICMS	213
2.13		Imunidades	221
	2.13.1	Diferenciação de institutos assemelhados	221

2.13.2	Imunidades e isenções	222
2.13.3	Classificações doutrinárias das imunidades tributárias	226
2.13.3.1	Quanto ao parâmetro para concessão: imunidades subjetivas, objetivas e mistas	226
2.13.3.2	Quanto à origem: ontológicas e políticas	227
2.13.3.3	Quanto ao alcance: gerais e específicas	228
2.13.3.4	Quanto à forma de previsão: explícitas e implícitas	228
2.13.3.5	Quanto à necessidade de regulamentação: incondicionadas e condicionadas	229
2.13.4	As imunidades tributárias em espécie	230
2.13.4.1	A imunidade tributária recíproca	230
2.13.4.1.1	Extensão da imunidade recíproca a empresas públicas e sociedades de economia mista	231
2.13.4.1.2	A imunidade recíproca em face da exploração de atividade econômica	235
2.13.4.1.3	A imunidade recíproca e os casos de arrendamento e cessão de uso de bem público	238
2.13.4.1.4	A imunidade recíproca e a Ordem dos Advogados do Brasil	242
2.13.4.1.5	Preocupação constitucional de coibir a elisão fiscal	243
2.13.4.1.6	A imunidade dos Estados estrangeiros	244
2.13.4.1.7	Outras decisões do Supremo Tribunal Federal	245
2.13.4.2	A imunidade tributária religiosa	246
2.13.4.3	A imunidade tributária dos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades educacionais e assistenciais sem fins lucrativos	250
2.13.4.3.1	Vinculação do patrimônio, da renda e dos serviços dos entes imunes às suas finalidades essenciais	251
2.13.4.3.2	Regulamentação legal da imunidade	254
2.13.4.3.3	Possibilidade de entidade religiosa gozar da imunidade das entidades assistenciais	257
2.13.4.3.4	A imunidade e as entidades fechadas de previdência social privada	258
2.13.4.4	A imunidade tributária cultural	261
2.13.4.5	Imunidade tributária da música nacional	265
2.13.4.5.1	Detalhamento do objeto da imunidade	266



2.13.4.5.2	Tributos abrangidos	268
2.13.5	Demais imunidades previstas na CF/1988	268
Questões		270

3.	COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA & LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	273
3.1	Competência para Legislar sobre Direito Tributário e Competência Tributária – Diferenças	273
3.1.1	Competência para legislar sobre Direito Tributário	274
3.1.1.1	O Código Tributário Nacional como norma geral em matéria tributária – Teoria da recepção	276
3.1.1.2	A regulação das limitações constitucionais ao poder de tributar	278
3.1.1.3	As disposições sobre conflitos de competência	279
3.1.2	Competência tributária	280
3.1.3	Repartição da competência tributária	284
3.1.3.1	Competência tributária privativa	284
3.1.3.2	Competência tributária comum	286
3.1.3.3	Competência tributária cumulativa	287
3.1.3.4	Bitributação e <i>bis in idem</i>	288
3.1.3.4.1	<i>Bis in idem</i>	288
3.1.3.4.2	Bitributação	289
3.2	Legislação Tributária	292
3.2.1	Leis	294
3.2.1.1	Leis em sentido estrito	294
3.2.1.2	Medidas provisórias	296
3.2.1.3	Leis delegadas	296
3.2.1.4	Resoluções do Senado Federal	296
3.2.1.5	Decretos legislativos	298
3.2.1.6	Decretos-leis	298
3.2.2	Tratados e convenções internacionais	298
3.2.2.1	Impacto do tratado internacional sobre o direito interno	299
3.2.2.2	Tratados internacionais e a legislação tributária superveniente – A visão do STF	301
3.2.2.3	Tratados normativos e contratuais e a legislação tributária superveniente – A visão do STJ	302
3.2.2.4	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)	303

3.2.3	Decretos	305
3.2.4	Normas complementares	305
3.2.4.1	Atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas	306
3.2.4.2	Decisões dos órgãos coletivos e singulares de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa	306
3.2.4.3	Práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas	308
3.2.4.4	Convênios que entre si venham a celebrar a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios	309
3.3	Vigência e Aplicação da Legislação Tributária	310
3.3.1	Validade, vigência e eficácia – noções gerais	310
3.3.2	Vigência da legislação tributária no CTN	313
3.3.2.1	Vigência espacial	314
3.3.2.1.1	A extraterritorialidade prevista em convênio de cooperação	315
3.3.2.1.2	A extraterritorialidade prevista em norma geral nacional	316
3.3.2.2	Vigência temporal	317
3.3.2.3	O art. 104 do CTN e o princípio da anterioridade	319
3.3.3	Aplicação da legislação tributária	320
3.3.3.1	Princípio da irretroatividade no CTN	320
3.3.3.2	Exceções legais ao princípio da irretroatividade	322
3.3.3.2.1	Lei expressamente interpretativa	323
3.3.3.2.2	Lei mais benéfica acerca de infrações e penalidades	327
	Questões	329
4.	INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	331
4.1	Noções Gerais de Interpretação	331
4.2	Critérios de Interpretação	332
4.2.1	Interpretação quanto à fonte	333
4.2.2	Interpretação quanto aos efeitos ou resultados	334
4.3	Interpretação da Legislação Tributária no Código Tributário Nacional	335
4.3.1	A interpretação necessariamente literal de determinados institutos	336
4.3.2	A interpretação benigna em matéria de infrações	340
4.3.3	Princípios de Direito Privado e princípios de Direito Público	342
4.4	O Princípio do <i>Pecunia Non Olet</i>	346

4.5	Integração da Legislação Tributária	347
4.5.1	Técnicas de integração	348
4.5.2	Discricionabilidade interpretativa e limitações ao uso das técnicas de integração	350



Questões	352
----------------	-----

5. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA 355

5.1	Considerações Iniciais	355
5.2	Obrigação Tributária Principal	357
5.3	Obrigação Tributária Acessória	358
5.4	Teoria do Fato Gerador	360
5.4.1	Fato gerador da obrigação principal	362
5.4.2	Fato gerador da obrigação acessória	363
5.4.3	Fato gerador e princípio da legalidade	363
5.4.4	O momento da ocorrência do fato gerador	366
5.4.4.1	Fato gerador definido com base em situação de fato	367
5.4.4.2	Fato gerador definido com base em situação jurídica	368
5.4.4.3	As situações jurídicas condicionadas	368
5.5	Elementos Subjetivos da Obrigação Tributária	370
5.5.1	Sujeito ativo da obrigação tributária	370
5.5.2	Sujeito passivo da obrigação tributária	375
5.5.3	Solidariedade	378
5.5.3.1	Tipos de solidariedade	380
5.5.3.2	Características da solidariedade	382
5.5.4	Capacidade tributária passiva	385
5.6	Domicílio Tributário	387



Questões	390
----------------	-----

6. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA 393

6.1	Considerações iniciais	393
6.2	Modalidades de Responsabilidade	395
6.3	Responsabilidade por Transferência	397
6.4	Responsabilidade por Substituição	398
6.4.1	Substituição tributária regressiva	398
6.4.2	Substituição tributária progressiva	400
6.4.2.1	A constitucionalidade da sistemática da substituição progressiva	402

6.4.2.2	A questão da restituição	405
6.4.3	Substituição tributária concomitante	409
6.5	Disciplina Legal da Responsabilidade por Sucessão	409
6.5.1	A responsabilidade do adquirente de bens imóveis	410
6.5.1.1	A apresentação de certidão negativa	412
6.5.1.2	A arrematação em hasta pública	413
6.5.1.3	A aquisição originária de propriedade	414
6.5.2	A responsabilidade do adquirente ou remetente de bens móveis	414
6.5.3	A responsabilidade na sucessão <i>causa mortis</i>	416
6.5.4	A responsabilidade na sucessão empresarial	421
6.5.4.1	A responsabilidade na fusão, incorporação, transformação, cisão e extinção de pessoas jurídicas	422
6.5.4.2	Os casos de extinção da sociedade	425
6.5.4.3	A responsabilidade do adquirente de fundo de comércio ou estabelecimento	426
6.6	Responsabilidade de terceiros	431
6.6.1	Responsabilidade de terceiros decorrentes de atuação regular	431
6.6.2	Responsabilidade de terceiros decorrentes de atuação irregular	435
6.6.3	Responsabilidade de terceiros e incidente de desconsideração da personalidade jurídica	443
6.7	Responsabilidade por Infrações	444
6.7.1	Responsabilidade pessoal do agente	449
6.7.2	Denúncia espontânea de infrações	452
	Questões	458
7.	CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO	461
7.1	Crédito Tributário e Lançamento	461
7.1.1	Competência para lançar	464
7.1.2	Lançamento como atividade vinculada	466
7.1.3	Legislação material e formal aplicável ao procedimento de lançamento	467
7.1.4	Taxa de câmbio aplicável ao procedimento de lançamento	469
7.1.5	Alteração do lançamento regularmente notificado	470
7.1.5.1	Impugnação pelo sujeito passivo	471
7.1.5.2	Recurso de ofício e recurso voluntário	472
7.1.5.3	Iniciativa de ofício da autoridade administrativa	473

7.1.6	Erro de direito e erro de fato – Possibilidade de alteração do lançamento	474
7.2	Modalidades de Lançamento	476
7.2.1	Lançamento de ofício ou direto	477
7.2.2	Lançamento por declaração ou misto	479
7.2.2.1	Retificação de declaração	481
7.2.2.2	Lançamento por arbitramento	483
7.2.3	Lançamento por homologação ou “autolançamento”	485
7.2.4	Modalidades de lançamento e autonomia	487



Questões	488
----------------	-----

8. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 491

8.1	Considerações Iniciais	491
8.2	Depósito do Montante Integral	494
8.3	Reclamações e Recursos no Processo Administrativo Fiscal	497
8.4	Liminar em Mandado de Segurança	501
8.5	Liminar ou Tutela Antecipada em outras Espécies de Ação Judicial	503
8.6	Moratória	505
8.6.1	Moratória parcelada e parcelamento – Diferenciação	507
8.6.2	Créditos abrangidos pela moratória	509
8.6.3	Moratória individual e direito adquirido	509
8.7	Parcelamento	512



Questões	516
----------------	-----

9. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 519

9.1	Considerações Iniciais	519
9.1.1	Pagamento	523
9.1.1.1	Cumulatividade das multas	523
9.1.1.2	Pagamento e presunções civilistas	524
9.1.1.3	Local e prazo para pagamento	525
9.1.1.4	Efeitos da mora em Direito Tributário	526
9.1.1.4.1	Juros de mora, multa de mora e correção monetária – diferenças	526
9.1.1.4.2	Termo inicial da fluência de juros e da multa de mora	527
9.1.1.4.3	Processo administrativo de consulta	528
9.1.1.5	Forma de pagamento	528

9.1.1.6	Imputação em pagamento	530
9.1.1.7	Pagamento indevido e repetição de indébito	532
9.1.1.7.1	Restituição de tributo indireto	533
9.1.1.7.2	Restituição de tributo direto pago em virtude de obrigação contratual	538
9.1.1.7.3	Restituição de juros e multas	539
9.1.1.7.4	Termo inicial da fluência de juros e correção monetária na restituição	540
9.1.1.7.5	Prazo para pleitear restituição no âmbito administrativo	546
9.1.1.7.6	Prazo na extinção não contenciosa do crédito	547
9.1.1.7.7	Prazo na extinção contenciosa do crédito	549
9.1.1.7.8	Prazo para pleitear a restituição no âmbito judicial	551
9.1.2	Compensação	554
9.1.3	Transação	562
9.1.4	Remissão	563
9.1.5	Decadência	566
9.1.5.1	Regra geral	569
9.1.5.2	Regra da antecipação de contagem	570
9.1.5.3	Regra da anulação de lançamento por vício formal	571
9.1.5.4	Regra do lançamento por homologação	574
9.1.5.4.1	A tese dos “cinco mais cinco”	576
9.1.5.4.2	O entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça	578
9.1.5.4.3	O prazo decadencial e as contribuições para a Seguridade Social	580
9.1.6	Prescrição	582
9.1.6.1	Interrupção do prazo prescricional	586
9.1.6.1.1	O despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal	586
9.1.6.1.2	O protesto judicial e a constituição em mora	588
9.1.6.1.3	A confissão de dívida	588
9.1.6.2	Suspensão do prazo prescricional	590
9.1.7	Conversão do depósito em renda	594
9.1.8	Pagamento antecipado e a homologação do lançamento	595

9.1.9	Consignação em pagamento julgada pela procedência	595
9.1.10	Decisão administrativa irreformável	599
9.1.11	Decisão judicial passada em julgado	600
9.1.12	Dação em pagamento em bens imóveis	600
	Questões	602
10.	EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	605
10.1	Considerações Iniciais	605
10.1.1	Isenção	606
10.1.2	Anistia	611
	Questões	614
11.	GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	617
11.1	A Questão Terminológica	617
11.2	As Garantias como Rol Não Exaustivo	618
11.2.1	Renda e patrimônio do sujeito passivo respondendo pelo crédito tributário	619
11.2.2	Presunção de fraude na alienação ou oneração de bens ou rendas	622
11.2.3	A “penhora on-line”	624
11.2.4	Exigência de prova da quitação de tributos – As garantias indiretas	627
11.3	Os Privilégios	630
11.3.1	Regra geral	630
11.3.2	Regras aplicáveis aos processos de falência e concordata	630
11.3.3	Regras aplicáveis aos processos de inventário e arrolamento	634
11.3.4	Regras aplicáveis aos processos de liquidação judicial ou voluntária	635
11.3.5	Autonomia do executivo fiscal	636
11.3.6	Concurso de preferência entre pessoas jurídicas de Direito Público	637
	Questões	640
12.	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	643
12.1	Considerações Iniciais	643
12.2	Fiscalização	644
12.2.1	Poderes das autoridades fiscais	644

12.2.2	Os deveres das autoridades fiscais	650
12.2.2.1	O dever de documentar o início do procedimento	651
12.2.2.2	O dever de manter sigilo e suas exceções	652
12.2.2.2.1	A transferência do sigilo	652
12.2.2.2.2	A divulgação das informações	654
12.2.2.2.3	A permuta de informações sigilosas entre entes tributantes	660
12.3	Dívida Ativa	662
12.4	Certidões Negativas	666
12.4.1	Certidões positivas com efeitos de negativas	667
12.4.2	Dispensa da apresentação de certidão negativa	669
12.4.3	Responsabilidade por expedição de certidão com erro	670
12.5	A utilização de meios indiretos de cobrança e a vedação às sanções políticas	671
	Questões	674
13.	OS IMPOSTOS PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	677
13.1	Impostos Federais	678
13.1.1	Imposto sobre a Importação – II	678
13.1.1.1	Fato gerador	679
13.1.1.2	Base de cálculo	683
13.1.1.3	Contribuintes	684
13.1.1.4	Lançamento	684
13.1.1.5	Regimes aduaneiros especiais e regimes aduaneiros aplicados em áreas especiais	685
13.1.1.6	Visão geral do imposto	690
13.1.2	Imposto de Exportação – IE	690
13.1.2.1	Fato gerador	691
13.1.2.2	Base de cálculo	691
13.1.2.3	Contribuintes	692
13.1.2.4	Lançamento	692
13.1.2.5	Regimes aduaneiros especiais na exportação	693
13.1.2.6	Visão geral do imposto	694
13.1.3	Imposto de Renda – IR	694
13.1.3.1	Princípios constitucionais aplicáveis ao IR	695
13.1.3.2	Fato gerador	697

13.1.3.3	Base de cálculo	700
13.1.3.3.1	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	700
13.1.3.3.2	Imposto de Renda das Pessoas Físicas - IRPF	701
13.1.3.4	Contribuintes	703
13.1.3.5	Lançamento	703
13.1.3.6	Visão geral do imposto	704
13.1.4	Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	704
13.1.4.1	Seletividade	705
13.1.4.2	Não cumulatividade	706
13.1.4.3	Imunidades	712
13.1.4.4	Incentivo na aquisição de bens de capital	712
13.1.4.5	Fato gerador	713
13.1.4.6	Base de cálculo	717
13.1.4.7	Contribuintes	717
13.1.4.8	Lançamento	718
13.1.4.9	Visão geral do imposto	718
13.1.5	Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	719
13.1.5.1	IOF sobre o ouro	719
13.1.5.2	Fato gerador	720
13.1.5.3	Base de cálculo	721
13.1.5.4	Contribuintes	721
13.1.5.5	Lançamento	721
13.1.5.6	Visão geral do imposto	722
13.1.6	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR	722
13.1.6.1	Progressividade	723
13.1.6.2	Imunidade das pequenas glebas	724
13.1.6.3	Possibilidade de delegação da fiscalização e cobran- ça	725
13.1.6.4	Fato gerador	726
13.1.6.5	Base de cálculo	728
13.1.6.6	Contribuintes	728
13.1.6.7	Lançamento	728
13.1.6.8	Visão geral do imposto	729
13.1.7	Imposto sobre Grandes Fortunas – IGF	729

13.2	Impostos estaduais	730
13.2.1	Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD	731
13.2.1.1	A fixação de alíquotas máximas pelo Senado Federal – Vinculação e progressividade	731
13.2.1.2	Definição do Estado (ou Distrito Federal) competente para a cobrança	732
13.2.1.3	Fato gerador	734
13.2.1.4	Base de cálculo	735
13.2.1.5	Contribuintes	735
13.2.1.6	Lançamento	736
13.2.1.7	Visão geral do imposto	736
13.2.2	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços – ICMS	737
13.2.2.1	O conceito de mercadoria	738
13.2.2.2	Os serviços tributados pelo ICMS	741
13.2.2.2.1	A tributação dos serviços de transporte e suas diversas vias	742
13.2.2.2.2	Serviços de comunicação, serviços de valor adicionado e atividades preparatórias	745
13.2.2.3	Seletividade	748
13.2.2.4	Não cumulatividade	749
13.2.2.5	A fixação das alíquotas interestaduais e de exportação ...	754
13.2.2.6	O ICMS nas operações interestaduais	756
13.2.2.7	O ICMS nas importações	765
13.2.2.8	ICMS e operações de leasing	768
13.2.2.9	ICMS e as operações de comodato na importação	772
13.2.2.10	A tributação conjunta de mercadorias e serviços	773
13.2.2.11	Imunidades	775
13.2.2.11.1	Exportações	775
13.2.2.11.2	Combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo e energia elétrica	777
13.2.2.11.3	Outras imunidades	780
13.2.2.12	ICMS sobre combustíveis e lubrificantes	780
13.2.2.13	Concessão de benefícios fiscais de ICMS	782
13.2.2.14	Fatos geradores	783
13.2.2.15	Bases de cálculo	786
13.2.2.16	Contribuintes	787

13.2.2.17	Lançamento	788
13.2.2.18	Visão geral do imposto	789
13.2.3	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	789
13.2.3.1	Disposições constitucionais sobre o IPVA	790
13.2.3.2	Fato gerador, base de cálculo e contribuintes do IPVA	791
13.2.3.3	Lançamento	792
13.2.3.4	Visão geral do imposto	793
13.3	Impostos municipais	793
13.3.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	793
13.3.1.1	Progressividade fiscal em razão do valor do imóvel	794
13.3.1.2	Progressividade extrafiscal	796
13.3.1.3	Diferenciação de alíquotas de acordo com o uso e a localização do imóvel	797
13.3.1.4	Fato gerador	798
13.3.1.5	Base de cálculo	801
13.3.1.6	Contribuinte	801
13.3.1.7	Lançamento	804
13.3.1.8	Visão geral do imposto	805
13.3.2	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI	805
13.3.2.1	Definição do Município competente para a cobrança	807
13.3.2.2	A imunidade nos eventos societários	808
13.3.2.3	Imunidade na transferência decorrente de reforma agrária	811
13.3.2.4	Fato gerador	811
13.3.2.5	Base de cálculo	812
13.3.2.6	Contribuinte	813
13.3.2.7	Lançamento	814
13.3.2.8	Visão geral do imposto	814
13.3.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	814
13.3.3.1	Regime de alíquotas e concessão de benefícios do ISS	816
13.3.3.2	Isonomia heterônoma nas exportações	819
13.3.3.3	Fato gerador	820
13.3.3.4	Sujeito ativo	821
13.3.3.5	Base de cálculo	823

13.3.3.6	Contribuinte	823
13.3.3.7	Lançamento	823
13.3.3.8	Visão geral do imposto	823
	Questões	824
14.	REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS	827
14.1	Noções gerais	827
14.2	Terminologia Adotada	828
14.3	Espécies de Repartição	829
14.4	Tributos cujas Receitas estão sujeitas À Repartição	829
14.5	Impostos cujas Receitas não são Repartidas	831
14.6	Casos de Repartição Direta Previstos na Constituição Federal de 1988	831
14.6.1	Repartição direta do IOF-Ouro com o Distrito Federal ou com os Estados e Municípios	831
14.6.2	Repartição direta de receitas da União com os Estados e o Distrito Federal	831
14.6.3	Repartição direta de receitas da União com os Municípios	834
14.6.4	Repartição direta de receitas dos Estados com os Municípios	835
14.7	Casos de Repartição Indireta Previstos na Constituição Federal de 1988	839
14.7.1	Os fundos de participação e de incentivo ao setor produtivo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste	839
14.7.2	O fundo de compensação à desoneração das exportações	844
14.8	Garantias de Repasse	846
14.9	O dever de repasse e as renúncias fiscais	847
	Questões	848
15.	O SIMPLES NACIONAL	851
15.1	Considerações Iniciais	851
15.2	Conceito	854
15.3	Definição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP	855
15.4	As Condições de Enquadramento Diferenciado por Estado, DF ou município	858
15.5	Vedações à opção	859
15.5.1	Vedação plena	860
15.5.2	Vedação parcial	862
15.6	Opção pelo Regime	865

15.7	Exclusão do Regime	866
15.8	Tributos Incluídos na Sistemática	868
15.9	Tributos Não Incluídos na Sistemática	870
15.10	Tributos Sujeitos a Regras Específicas	874
15.10.1	O Imposto de Renda retido na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras	874
15.10.2	O Imposto de Renda sobre os rendimentos pagos aos sócios	875
15.10.3	O ISS retido na fonte	876
15.10.4	Abatimento da base de cálculo do ISS dos materiais fornecidos	877
15.10.5	ISS e ICMS com valor fixo	878
15.10.6	Possibilidade de concessão unilateral de isenção ou redução da COFINS, PIS/PASEP e ICMS para produtos da cesta básica	879
15.10.7	Menor alíquota de IPTU para o Microempreendedor Individual – MEI	879
15.11	Tributação monofásica, substituição tributária e exportação	880
15.12	Situações abrangidas por imunidade objetiva	881
15.13	Desoneração da aquisição de bens para o ativo imobilizado	884
15.14	Percentuais de Incidência e Repartição das Receitas	884
15.15	O microempreendedor individual – mei e a sistemática de recolhimento em valores fixos	889
15.16	Obrigações Acessórias a Cargo do Optante	891
15.17	Privilegio no cumprimento de novas obrigações	893
15.18	Responsabilidade tributária solidária dos sócios na dissolução da sociedade	894
15.19	Domicílio Fiscal Eletrônico	895
15.20	Fiscalização Compartilhada	897
15.21	Processo administrativo fiscal	898
15.22	Processo Judicial	899
15.23	Instâncias de gerência do simples nacional	900



Questões	901
----------------	-----

16. PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E LIBERDADE ECONÔMICA 905

16.1	Elisão, evasão e elusão fiscais	905
16.1.1	Elisão fiscal	906
16.1.2	Evasão fiscal	907
16.1.3	Elusão fiscal e abuso das formas	909

16.2	Norma Geral Antielisão e Combate ao Abuso de Formas Jurídicas	911
16.3	A Lei de Liberdade Econômica e sua mitigação perante o Direito Tributário	915
16.3.1	Análise de Impacto Regulatório - AIR	917
16.3.2	Detalhamento das exigências para desconsideração da personalidade jurídica	919
Questões		920
BIBLIOGRAFIA		921
GABARITO		925
APÊNDICE		929